



MULHERES, GÊNERO E AGROECOLOGIA NA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Antonia Geane Costa Bezerra

Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e Mestra em Agroecologia pela Universidade Internacional da Andaluzia (UNIA). Desenvolve trabalhos e estudos nos temas relacionados a políticas públicas para agricultura familiar, agroecologia e mulheres rurais.

E-mail: antoniageane@gmail.com

Marta Soler Montiel

Professora de Economia Agrária na Universidade de Sevilla e no Mestrado Universitário em "Agroecologia: um enfoque para a sustentabilidade rural" da UNIA. Doutora em Ciências Econômicas - Universidade de Sevilla.

E-mail: msoler@us.es

Irene García Rocas

Doutora em recursos naturais e sustentabilidade pela Universidade de Córdoba. Trabalha na entidade Varagaña - Gênero y Agroecologia com temas relacionados com feminismo campestino e comunitário, a economia feminista e a defesa do território e da soberania alimentar.

E-mail: irenexixon@hotmail.com

Andrea Lorena Butto Zarzar

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e integrante do Laboratório de Estudos Rurais do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRPE.

E-mail: al.zarzar@hotmail.com

RESUMO

A participação das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e sua interface com a agroecologia foi analisada. A feira proporcionou ampliação da renda e reforçou a produção agroecológica uma vez que promoveu novas relações sociais para as mulheres com melhora da autoestima e autoconfiança. As mulheres na feira conquistaram um espaço público que lhes aporta visibilidade, reconhecimento e renda, mas também uma maior carga de trabalho uma vez que elas continuam sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados.

Palavras chave: Agroecologia; Feminismos; Mulheres Rurais; Agricultura Familiar; Soberania Alimentar.



WOMEN, GENDER AND AGROECOLOGY AT THE FAMILY FARMING FAIR OF SÃO JOSÉ DE MIPIBU

ABSTRACT

The participation of women in the family farming fair in São José de Mipibu and its interface with agroecology was analyzed. The fair provided an increase in family income and reinforced agroecological production, promoting new social relationships for women with improved self-esteem and self-confidence. The women at the fair conquered a public space that gave them visibility, recognition and income, but also a greater workload as they continue to be responsible for domestic work and care.

Keywords: Agroecology; Feminisms; Rural Women; Family farming; Food Sovereignty.

Introdução

Apesar das dificuldades e da invisibilidade das mulheres na participação em atividades ditas “produtivas” e orientadas ao mercado, elas são protagonistas ativas da agroecologia no Brasil e em muitos casos representam a maioria do público que integra as feiras locais da agricultura familiar, independentemente de haver um critério ou cota de participação e sem necessariamente existir um trabalho de auto-organização das mulheres que as estimulasse a isso (SILIPRANDI, 2015). Algumas dessas mulheres são as principais referências em produção agroecológica nos municípios em que a prática camponesa ainda é muito presente, e se constituiu numa forte resistência ao modelo de produção industrial que se impôs no meio rural, devastando não só o meio ambiente, com seus pacotes tecnológicos da morte, mas destruindo a cultura, os saberes e as práticas tradicionais dos camponeses e camponesas (SHIVA, 1993; SILIPRANDI, 2009). Essa realidade despertou o interesse na análise das mulheres na feira de São José de Mipibu no Território Agreste e Litoral



Sul (Terrasul), no Estado Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil¹ e analisar a influência da feira na vida das mulheres camponesas e a influência da participação das mulheres na própria feira.

O objetivo deste artigo é compreender e visibilizar a participação das mulheres nos processos de comercialização da feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e suas interfaces com as dinâmicas locais de transição social agroecológica. Para tal efeito se analisa a atuação das mulheres na feira e nos grupos domésticos camponeses, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar nas esferas da produção e reprodução da vida; para compreender o papel das mulheres camponesas na organização e no funcionamento da feira e identificar as transformações materiais, relacionais e subjetivas que este processo promove na vida das mulheres².

2. Metodologia

A feira da agricultura familiar de São José de Mipibu foi selecionada por se tratar de uma experiência exitosa da agricultura familiar³. Com o objetivo de

1. Impulsionado pela política de desenvolvimento territorial, o Território Terrasul desenvolveu uma experiência de implantação de um conjunto de dezessete feiras municipais de agricultura familiar, com uma média de quinze (15) barracas por feira, envolvendo cerca de 255 famílias. A autora principal do artigo atuou por quase três anos (2014 a 2016) na equipe do NEDET/UFRN como assessora de inclusão produtiva (ATIP) do colegiado territorial, o que permitiu a organização e participação em inúmeras reuniões, oficinas e seminários, além do acompanhamento direto à implantação das feiras. Com isso, obteve acesso a um conjunto de informações prévias sistematizadas e a diversos contatos com vínculos pré-estabelecidos com os atores e atrizes do território

²O artigo tem por base o trabalho de conclusão do curso de mestrado em Agroecologia: um enfoque para sustentabilidade rural, vinculado institucionalmente à Universidade Internacional da Andaluzia (UNIA), em que a autora principal do artigo foi mestrande e as coautoras participaram como orientadoras.

³ A feira mantém estabilidade no funcionamento semanal ininterrupto desde a sua criação há mais de 3 anos, maior número de componentes, com dezoito (18) participantes e maior proporção de mulheres (94%) em relação às demais feiras, além de expressiva proporção de mulheres (82%) que comercializam produtos agrícolas.



compreender o fenômeno pesquisado, a partir da escuta e análise das diferentes vozes e vivências das mulheres, foram usadas duas estratégias de metodologias qualitativas: a observação participante e as entrevistas individuais semiestruturadas. Previamente às entrevistas individuais, foi aplicado um questionário que permitiu caracterizar a feira e captar a diversidade de situações das mulheres e dos grupos domésticos. De forma complementar foram realizadas três entrevistas a representantes de instituições⁴. Também entrevistamos todas/os as/os componentes da feira (dezessete mulheres e um homem)⁵.

A observação participante foi realizada durante todo o período do trabalho de campo (julho a setembro de 2019), através de conversas informais com as pessoas envolvidas, na participação em atividades relacionadas com a feira, visitas (5) à feira visando conhecer sua organização e dinâmicas. Esses momentos se constituíram numa oportunidade ímpar para observar e refletir sobre a ausência das mulheres em algumas feiras, observar os produtos comercializados (volume, diversidade, qualidade, preços) e, perceber a satisfação das mulheres por participar da feira.

A pesquisa bibliográfica complementou o trabalho de campo e a coleta de dados secundários sobre a feira, revisando documentos elaborados pelas instâncias

⁴ Entrevistamos o técnico do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que participou da implantação das feiras como gestor da regional de São José de Mipibu e o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - CMDS que coordena a feira, além da presidenta do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais - STTR

⁵ Duas entrevistas foram feitas durante a feira e as demais na casa das mulheres, embaladas pelo som de animais, de crianças, do chamado de vizinhos e tantos outros sons à volta, que proporcionaram ouvir, observar e sentir um pouco as circunstâncias em que vivem as mulheres. As entrevistas foram realizadas de forma aberta, como em uma conversa, e permitiram conhecer as pessoas que dão vida a essa experiência, ver como vivem e muitas vezes compartilhar as emoções, ao descrever as dificuldades e satisfações, costumes, escolhas e estratégias de sobrevivência nas suas vidas. Assim, cada entrevista significou um momento ímpar de satisfação pelo aprendizado e conhecimento adquirido que vão muito além do objeto de estudo e são impossíveis de expressar com palavras.



organizativas territoriais e da feira, que incluem documentos oficiais como projetos, atas e relatórios de reuniões e de eventos territoriais.

Finalmente, concluído trabalho de campo e tendo as informações sistematizadas e as entrevistas transcritas, foi feita a análise das informações e dados determinando as relações existentes entre os temas mencionados e a análise com os subsídios teóricos do feminismo e da agroecologia.

3. Globalização agroalimentar, agroecologia e feminismos

Nas sociedades industriais contemporâneas, conhecidas também por sociedades de consumo, se destaca a escalada abissal de riscos e ameaças ambientais produzidas a partir do seu próprio funcionamento e padrões de apropriação dos recursos naturais. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a agroindústria tem sido objeto de investimentos bilionários de grandes empresas multinacionais em todas as etapas da cadeia produtiva - da semente à mesa do consumidor - constituindo o que se chama de sistema agroalimentar corporativo (DELGADO, 2010) em que a alimentação é tratada apenas como mercadoria dentro da visão economicista que sustenta esse modelo.

Em que pese, o aumento na produção de alimentos, esse sistema não conseguiu sustentar o ritmo de produção crescente e nem responder às demandas de alimentação mundial (GUZMÁN et al., 2000). O sistema agroalimentar industrial carrega consigo perversas estratégias que levam à concentração de terra e de renda, o uso intensivo e predatório dos recursos naturais e a perda dos padrões culturais de alimentação dos povos, se configurando em grave ameaça à existência e manutenção da agricultura familiar camponesa, com maiores danos à vida das mulheres rurais e comprometendo a segurança e soberania alimentar dos povos (SOLER; CALLE, 2010).



3.1 A Agroecologia como alternativa para a sustentabilidade e a soberania alimentar

O panorama da alimentação no mundo sinaliza a urgência de uma mudança no modo como se produz, comercializa e consome a comida. Alimentar a população com justiça socioambiental é um desafio que confronta o sistema agroalimentar corporativo. A agroecologia compreende a alimentação como um direito humano e não como mercadoria, por esse motivo se constitui numa alternativa ao sistema agroalimentar dominante (CALLE et al., 2013).

A agroecologia surge como alternativa à agricultura convencional, um modelo que integra conhecimentos e princípios ecológicos e resgata os conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras. Busca compatibilizar a produção de alimentos com baixo impacto nos ecossistemas, considerando que as mudanças de caráter técnico produtivo são insuficientes para alcançar uma agricultura sustentável, que requer, também mudanças socioeconômicas e políticas. A agroecologia oferece importantes aportes científicos para a análise e avaliação dos agroecossistemas e sistemas alimentares e uma proposta para a práxis técnico-produtiva e sociopolítica em torno do manejo ecológico dos agroecossistemas (SEVILLA; SOLER, 2010). Essa concepção se integra à concepção de agroecologia construída no Brasil, a qual afirma a agroecologia como ciência, mas também como prática e movimento social (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; SILIPRANDI, 2009; PETERSEN; ALMEIDA, 2006).

Na agroecologia se encontra um amplo arcabouço de elementos capaz de apoiar processos de transformação do modo de produção e do sistema agroalimentar, insustentáveis, para sistemas sustentáveis, cujos princípios são compatíveis com a construção da segurança alimentar e formas justas de vida humana e valorizadora dos demais seres vivos.



A prática da agroecologia se manifesta nas diversas experiências voltadas ao manejo da biodiversidade desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras. As experiências de agroecologia desenvolvidas no Brasil, são fruto das lutas, das práticas e da força e resistência da agricultura familiar camponesa, que permanece viva e pujante apesar do poder avassalador do agronegócio.

A identidade camponesa está enraizada nos conhecimentos empíricos e nas práticas de manejo da biodiversidade dos agroecossistemas interpretados como racionalidade ecológica (TOLEDO, 2005) e numa racionalidade econômica centrada no trabalho e orientada a atender necessidades de forma autônoma ao mercado, buscando a estabilidade e a reprodução social e não acumulação (PLOEG, 2016). Essa racionalidade econômica típica do campesinato é abordada por Polanyi (1994) como uma economia substantiva arraigada socioculturalmente nas comunidades que atualmente é identificada como uma economia social e solidária e se opõe a economia hegemônica guiada pela lógica do lucro (CORAGGIO, 2007). Em atenção às necessidades dos seus grupos domésticos, as mulheres camponesas protagonizaram a agroecologia na prática, mas foram invisibilizadas pelo patriarcado (SILIPRANDI, 2009, GARCÍA, 2017; SOLER; PÉREZ, 2013; BUTTO, 2017).

No Brasil se registram importantes experiências – seja nas organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais ou nas instituições acadêmicas - de resistência ao sistema agroalimentar hegemônico. São inúmeros os agentes sociais comprometidos com a construção da agroecologia no Brasil⁶.

⁶ Dentre eles encontramos: a) o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra; b) o Movimento Agroecológico (com relevante participação das mulheres e dos movimentos de mulheres); c) Instituições de ensino, pesquisa e extensão; e d) os movimentos de mulheres rurais que defendem um novo modelo de agricultura fundamentado no tripé: terra, agroecologia e água; temas associados à defesa do território, dos bens comuns e do feminismo (BUTTO, 2017).



A dimensão política da agroecologia ganhou força nos anos 2000, quando os movimentos sociais do campo, principalmente aqueles articulados na Via Campesina incorporaram a agroecologia à sua estratégia de ação visando fortalecer sua plataforma política de enfrentamento ao agronegócio. No Brasil, a ação política agroecológica mais recente e significativa se deu com a 17ª jornada de agroecologia durante a qual um conjunto de agricultoras, agricultores e movimentos sociais afirmaram em carta⁷ final do evento que a agroecologia não é somente produzir sem veneno. Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares. É garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade. É valorização do trabalho e do ser e saber camponês. É respeito e promoção da diversidade social, ambiental e identitária. A Agroecologia é a concreta capacidade dos povos para enfrentar as mudanças climáticas no planeta e garantir a soberania e segurança alimentar. É por isso também que a agroecologia e a democracia são indissociáveis.

3.2 Feminismo e agroecologia: pôr a vida ao centro

“Sem feminismo não há agroecologia” alerta o movimento de mulheres agroecológico brasileiro nos processos de construção da justiça sociocultural. O mundo rural camponês está atravessado pelas relações desiguais de gênero e para que a agroecologia se constitua numa real alternativa ao modelo dominante é necessário incorporar um enfoque feminista explícito capaz de abordar esta situação e promover uma mudança genuína.

⁷ Carta elaborada e aprovada pelos povos do campo, da cidade, das águas e florestas, representados por mais de 10 mil participantes, oriundos de sete estados brasileiros e de mais de 25 países presentes na 17ª jornada de agroecologia.



3.2.1. Mirando a realidade socioeconômica desde um enfoque feminista

O ecofeminismo se opõe ao patriarcado e à dominação da natureza. O androcentrismo é o sistema de dominação masculina, que organiza a sociedade, com base nos interesses masculinos (SOLER; PÉREZ, 2013). Segundo Siliprandi et al. (2012, p. 2) “o patriarcado es una forma de organización política, económica, cultural, religiosa y social basada en la autoridad de los hombres sobre las mujeres en todos los ámbitos, con particularidades temporales y de lugar”. As relações sociais de gênero, assim como as demais relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho, mas também simbólica (KERGOAT, 2009).

A economia feminista que critica a concepção dominante de economia restrita ao mercado, e do trabalho ao emprego, destaca os limites da visão da economia convencional que considera apenas o trabalho remunerado orientado ao mercado, desenvolvido principalmente pelos homens, e mostra como essa abordagem ignora e desvaloriza os trabalhos domésticos e de cuidado, atribuídos de maneira quase exclusiva às mulheres (CARRASCO, 2014; PÉREZ OROZCO, 2014) e tipifica essas atividades como ajuda que adquire um lugar subordinado na economia de mercado (NAROTZKI, 1988).

A divisão sexual do trabalho se sustenta na categorização do trabalho que separa o espaço público e o privado e associa o público ao econômico e ao privado tudo o que está fora da economia. O trabalho doméstico e de cuidados, já que não são objetos de trocas mercantis, será, por isso, definitivamente marginalizado e invisibilizado (CARRASCO, 2014). Dessa forma, apenas o trabalho remunerado é considerado como produtivo e é atribuído principalmente aos homens, às mulheres cabe a responsabilidade pelo trabalho não remunerado, o trabalho de reprodução da



vida - doméstico e de cuidados - entre eles alimentar a família, com os cultivos para o autoconsumo, por isso um trabalho improdutivo.

A divisão sexual do trabalho é a forma hierarquizada de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo. Esses princípios se legitimam através da ideologia naturalista que rebaixa o gênero ao sexo biológico e define “papéis sociais” sexuados, utilizando a natureza para justificar a hierarquia dos homens e a subordinação das mulheres (KERGOAT, 2009).

Como aponta o ecofeminismo, a subordinação das mulheres está relacionada, no cultural e material, à exploração da natureza (WARREN, 2003). A natureza é desprezada desde uma perspectiva antropocêntrica, sendo considerada inferior e sem valor frente ao ser humano, legitimando sua apropriação e até destruição a serviço dos interesses humanos. As mulheres e o feminino também se identificam com a natureza através do que Alicia Puleo (2005) chama de “dualismos opressivos” que relacionam a dicotomia cultura-natureza com a dicotomia masculino-feminina dentro de uma cadeia de dualismos opressivos, como razão-emoção, corpo-mente ou civilizado-primitivo, entre outros. Essa associação entre o feminino e as mulheres e a natureza é apresentada como algo natural e biologizado escondendo a construção cultural e ideológica que realmente a sustenta (PULEO, 2005, WARREN, 2003).

Na agricultura familiar a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por uma hierarquia. Atividades, espaços de produção e identidades sociais distintas são determinadas, sendo atribuído às mulheres adultas as atividades domésticas e de reprodução da família, e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011;



HARRIS, 1986). Ou seja, o doméstico é desvalorizado, assim como o feminino, embora desenvolva atividades fundamentais para a sustentabilidade da vida.

As relações sociais de gênero nos grupos domésticos da agricultura familiar condicionam as formas do trabalho das agricultoras. A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho que dela resulta influencia e limita as possibilidades de ampliação do papel das mulheres frente às suas práticas sustentáveis. As mulheres agricultoras têm dificuldades para se inserir nas atividades de produção voltadas para o mercado e de comercialização, e se concentram em atividades domésticas realizadas no espaço privado que ganham expressão em jornadas extenuantes de trabalho (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; PACHECO, 1997; PAULILO, 2004).

3.3.2. A compreensão feminista da agricultura familiar camponesa na construção da agroecologia

A convergência entre o feminismo e a agroecologia elaboradas pelo ecofeminismo pretende partir do enfoque agroecológico e do feminismo para promover profundas mudanças na forma de ver, compreender e atuar na perspectiva de gênero, a qual necessita ser incorporada de forma ampla no campo agroecológico. Para construir agroecologia é importante evitar a cegueira de gênero e ter em vista que as relações sociais entre homens e mulheres, no contexto da agricultura familiar, permanecem marcadas por profundas desigualdades. Se perpetua a visão da família como um núcleo homogêneo, em que os homens são os legítimos representantes da família e, como tal, responsáveis pela produção e mantem-se a ideia de que é dever das mulheres se submeter às decisões impostas por esta hierarquia que as considera as únicas responsáveis pelo cuidado da família e por tudo o que é inerente a reprodução da vida (HARRIS, 1986).



Essa convergência passa não só pela valorização do trabalho das mulheres, mas principalmente pela problematização da divisão sexual do trabalho, baseada na ideia da complementariedade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família e o questionamento da idealização da família como espaço alheio ao conflito como aponta Olivia Harris (1986). Se deve evitar o risco de uma visão instrumental em que o trabalho das mulheres potencializa a agroecologia sem refletir como a agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista dos direitos à terra, à água, aos recursos para a produção e às políticas públicas (PACHECO, 2005).

Siliprandi et al. (2014) alerta que a falta de reconhecimento das mulheres agricultoras como sujeitos plenos de direitos está comprometendo todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento dos movimentos, seja em termos das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados, seja em relação à construção da equidade social e de gênero, tão apregoada e tão pouco promovida. A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos/das camponeses/as se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento da subordinação das mulheres agricultoras.

Uma das manifestações atuais mais eloquentes do encontro entre o feminismo e a ecologia é o fenômeno dos grupos de mulheres que lutam pela soberania alimentar. A aspiração à igualdade de gênero em relação às propostas e demandas da Via Campesina (2007) mostra que muitas mulheres encontram na agroecologia uma nova forma de se relacionar na família e na sociedade. Deixam a esfera doméstica, ganham reconhecimento e recursos, denunciam a violência baseada no gênero e outras formas de opressão patriarcal que as afetam, melhoram sua saúde, a própria e a de toda a sociedade, preservando o ecossistema (PULEO, 2009).

Contudo, em que pese haver uma aproximação crescente entre os campos da agroecologia e do feminismo, expressada por vezes na inclusão das mulheres rurais



nos projetos agroecológicos, a interação entre os dois campos ainda é um desafio, visto que a agroecologia ainda não absorveu em sua teoria e até mesmo na prática, a relevância da igualdade de gênero (SILIPRANDI; GARCÍA, 2012).

3.3. Canais curtos de comercialização e relações de gênero na agroecologia

As mulheres camponesas são protagonistas não reconhecidas em canais de comercialização agroecológicos (GARCÍA, 2017), sendo os canais de comercialização um elemento essencial na construção da agroecologia só reconhecido como tal recentemente (SOLER et al., 2012). Inicialmente, a agroecologia focou sua atenção na propriedade rural e na dimensão técnico produtiva promovendo o redesenho dos agroecossistemas a partir de critérios ecológicos (ALTIERI, 1999), mas os processos de transição agroecológicas revelaram a necessidade de prestar atenção ao sistema agroalimentar como um todo (GLIESSMAN, 2014), já que a articulação da produção com o consumo é imprescindível para dar estabilidade às mudanças na propriedade. Essa transformação foi decisiva para uma maior atenção às feiras e outros canais alternativos de comercialização agroecológica.

Na construção dessas estratégias de comercialização agroecológica, a questão central não é apenas a eliminação dos intermediários, mas, sobretudo, a redefinição das relações de poder dentro das cadeias agroalimentares em favor dos agricultores e consumidores, elementos mais frágeis do sistema agroalimentar corporativo (SOLER; PÉREZ, 2013; SOLER et al., 2012). Os canais curtos de comercialização estão enraizados nas necessidades alimentares da população local e na proximidade relacional, material e cultural entre aqueles que produzem e aqueles que comem (SOLER; CALLE, 2010).

As pesquisas sobre o papel das mulheres e relações de gênero nas feiras agroecológicas e sua conexão com as transições agroecológicas estão apenas



começando e necessitam um maior aprofundamento. Estudos de economia social e solidária (NOBRE, 2011) e da economia feminista (GARCÍA, 2017; GARCÍA; SOLER, 2010) são campos importantes de reflexão para entender o protagonismo das mulheres nos mercados agroecológicos locais, visto que, por um lado a economia feminista permite compreender, visibilizar e valorizar o trabalho e as vivências das mulheres desde a lógica do cuidado e não apenas do mercado, assim como dentro do marco das relações hierárquicas de gênero. Por outro lado, a economia social e solidária desenvolvida a partir do trabalho pioneiro de Karl Polanyi permite compreender, visibilizar e valorizar o trabalho, os mercados e a racionalidade campesina orientada a atender necessidades, buscando a estabilidade social e não a acumulação em contraste com os mercados capitalistas.

4.A Feira, as mulheres e o trabalho

Analizamos a participação das mulheres na feira, desde suas origens, a partir das relações de gênero, e particularmente as transformações das relações sociais com foco especial nos grupos domésticos, na divisão sexual do trabalho nas casas, quintais e roçados e as mudanças resultantes da participação das mulheres na feira.



4.1 Mulheres e relações de gênero na feira agroecológica de São José de Mipibu

4.1.1 A feira – origem e participação das mulheres

Em São José de Mipibu a experiência da feira surgiu da iniciativa de mulheres agricultoras da Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Povoado Bom Jardim – ASSORURAL que buscavam alternativas de venda direta dos seus produtos no município. Embora a participação das mulheres esteja oculta nas falas dos técnicos que contam a história, identificamos que nesse período a Associação tinha uma mulher na Presidência que junto com outras duas agricultoras, iniciaram a venda na sede do município dando origem a uma pequena feira de produtos agroecológicos.

O projeto da Feira é assumido e incorporado às políticas públicas locais⁸, contudo, sua origem está associada às iniciativas das mulheres camponesas para atender as necessidades de comercialização dos alimentos antes destinados ao autoconsumo e o excedente, por vezes, vendido à atravessadores locais.

Atualmente, no contexto de desativação e desmonte⁹ das políticas públicas para a agricultura familiar, essa feira continua ativa, sem dúvida, por causa dessa raiz, uma

⁸ Posteriormente, no processo de implantação do projeto da Feira a participação das mulheres foi definida no âmbito da Câmara de Inclusão Produtiva do colegiado territorial – CTIP, seguindo a orientação do PRONAT sobre a importância na atenção à superação das desigualdades de renda e gênero nos programas e ações executados nos territórios. Essa orientação foi acolhida pelas instâncias territoriais e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Solidário (CMDs). A Feira de Agricultura Familiar de São José de Mipibu, foi impulsionada pela linha de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT) que consiste nos Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF) e tem como objetivo financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento dos Territórios Rurais ou da Cidadania.

⁹ A partir de 2016, em função das mudanças na conjuntura política brasileira, com o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, alteraram-se os rumos das políticas de fortalecimento à agricultura familiar implantadas no período recente (2003 a 2016) da história do Brasil. O Ministério de



vez que foi originada nas necessidades das mulheres e das famílias, especialmente as alimentares pelas quais as mulheres são responsáveis (NOBRE, 2011; SILIPRANDI, 2009).

A feira é composta hoje por um grupo de dezoito famílias, das quais apenas uma tem o homem como titular, o que revela uma participação expressiva e efetiva das mulheres. Dos dezoito grupos domésticos da feira, nove deles tem vínculo de parentesco com alguma outra pessoa do grupo¹⁰.

A maioria das famílias que compõem a feira vive em comunidades rurais, apenas quatro famílias moram na sede da cidade, sendo duas que trabalham com alimentos processados, uma que cultiva plantas ornamentais e medicinais e um (homem) que não cultiva, apenas comercializa. Todas as agricultoras e agricultores da feira são filhas e filhos de agricultores familiares camponeses e apresentam forte identidade com a terra e relação com atividade agrícola.

4.1.2 Alimentos, consumo e renda

Embora nos primórdios de sua implantação se pretendesse que a totalidade das agricultoras/es da feira fossem agroecológicos/as, foi aberta a possibilidade de

Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pelo setor, foi extinto e diversos Programas, projetos e ações vinculadas a ele foram igualmente extintos ou enfraquecidos, resultante da opção do governo pelo fortalecimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa, a exemplo do PRONAT/PROINF que apesar de não ter sido oficialmente extinto, tem suas ações descontinuadas ou totalmente paralisadas.

¹⁰ Embora essa seja uma característica própria da agricultura familiar, as relações parentais se mostram ainda mais fortes entre as mulheres, que vão abrindo caminho e mostrando alternativas umas para as outras, além de algumas iniciarem na feira em solidariedade a outra mulher, acompanhando ou substituindo por motivos relacionados ao trabalho doméstico e de cuidados. As relações entre mulheres, seja por parentesco ou por amizade, resulta na geração de redes de mulheres baseadas na confiança e solidariedade mútua. (GARCÍA, 2017; GARCÍA; SOLER, 2010).



participação de agricultores/as não ecológicos como estratégia de inclusão de outras famílias visando estimular a transição agroecológica dos sistemas de cultivo.

Todos os produtos comercializados na feira são tradicionalmente cultivados pela agricultura familiar local¹¹. A maioria dos produtos vendidos são alimentos, a exceção fica por conta das mudas de plantas ornamentais e medicinais. O quadro abaixo mostra a diversidade de alimentos cultivados e comercializados pelas mulheres, característica própria da agricultura familiar, em particular das mulheres, que buscam diversificar a produção para atender as necessidades de consumo da família (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Quadro 1 – Principais produtos comercializados na feira

| Grupos de produtos | Produtos |
|-----------------------|---|
| Hortaliças | Coentro, cebolinha, alface, couve, pimentão, quiabo, maxixe jerimum feijão verde milho verde abobrinha |
| Tubérculos | Batata doce, inhame e macaxeira |
| Frutas | Banana, jaca, laranja, goiaba, abacate, maracujá, mamão, acerola graviola caju limão manga abacaxi coco seco |
| Alimentos processados | Suco, doces, pães, bolo, cocada, derivados da mandioca (tapioca grude e beiju) |
| Mudas de plantas | Plantas ornamentais e medicinais |

Fonte: elaboração própria, 2019.

A feira de São José se caracteriza pela baixa disponibilidade ou volume de produtos e pela venda de produtos sazonais, permitindo dar saída aos produtos de temporada e diminuir os desperdícios dos alimentos não consumidos pela família. Assim, não há uma produção estável ofertada, o volume e a variedade dos produtos comercializados oscila ao longo do ano.

¹¹ Do total das dezoito pessoas que compõem a feira, onze delas desenvolvem a atividade de cultivo agrícola, enquanto quatro estão comercializando produtos de outros agricultores e agricultoras, geralmente da própria família, e três desenvolvem a produção exclusiva de alimento processado.



O pequeno volume e a diversidade de produtos ofertados na feira é fruto, por um lado, do manejo agroecológico e produção por estação, com significativas limitações de terra para o cultivo, e pela estratégia da agricultura familiar camponesa de atenção às necessidades alimentares da família, especialmente sob a responsabilidade das mulheres que diversificam e processam para o autoconsumo e vendem o excedente. Se evidencia assim que a feira é uma extensão no âmbito público mercantil da responsabilidade das mulheres de alimentar as famílias. Portanto, a participação das mulheres na feira forma parte de uma economia centrada no atendimento das necessidades e no autoconsumo. A feira, quer dizer, o mercado, é subsidiário e está subordinada às necessidades familiares, e não o contrário, em coerência com uma economia substantiva (POLANYI, 1994) e solidária centrada no trabalho (CORAGGIO, 2007), no cuidado e na sustentabilidade da vida como indica a economia feminista da ruptura (PÉREZ OROZCO, 2014; CARRASCO, 2014).

As pessoas consumidoras, maioria residentes em São José de Mipibu, vão comprar na feira por reconhecer o diferencial quanto à oferta de produtos frescos, de qualidade e sem agrotóxicos dentro da lógica de cuidado e de sustentabilidade da vida que adverte a economia feminista. As agricultoras consideram que as pessoas que frequentam a feira, o fazem por ter confiança, proporcionada pela proximidade espacial, relacional e cultural, peculiares aos canais curtos de comercialização (SOLER et al., 2012; SOLER; CALLE, 2010; RENTING et al., 2003).

Em que pese a feira propiciar a aproximação entre as agricultoras e as consumidoras locais e constituir um grupo permanente de pessoas consumidoras, esse processo de aproximação não foi motivada por um consumo reflexivo ou construtivo, que marcam a diferença entre as novas redes alimentares que impulsionam os canais curtos de comercialização desde uma perspectiva política organizada (SOLER; CALLE, 2010; CALLE et al, 2013). Embora não haja articulação concreta entre as/os



agricultoras/es e consumidoras/es, há relações e vínculos estáveis de fidelidade entre os/as consumidoras que dão estabilidade a feira e que mostra que esse espaço conecta as necessidades alimentares da população local, como consumidoras, com as necessidades das agricultoras de cultivar e vender.

A estabilidade da feira permite às mulheres a geração ou ampliação da renda familiar, havendo casos em que a renda obtida é apenas complemento da renda familiar e outros em que é a única alternativa de renda da família, situação especialmente representada pelos grupos domésticos com mulheres chefas de família (3). A geração de renda é um resultado positivo da participação na feira e amplamente reconhecido pelas mulheres.

O processo de comercialização através das feiras tem demonstrado ser um importante instrumento de inclusão sócio econômica das famílias. A feira propicia a redução da presença do atravessador e o aumento da renda das agricultoras em um canal de venda direta dos alimentos excedentes ao consumo familiar. A eliminação dos intermediários, mas sobretudo a mudança nas relações intersetoriais de poder por relações de solidariedade e equidade é uma característica diferencial fundamental dos canais curtos e sistemas agroalimentares agroecológicos (SOLER; PÉREZ, 2013; SOLER et al., 2012; SOLER; CALLE, 2010).

As mudanças geradas pelo aumento na renda resultam em melhoria nas condições de vida das famílias¹². Quando se trata do destino do dinheiro, vê-se que a

¹² A feira também contribui no incremento da renda das mulheres nos casos (4) em que antes da feira elas não vendiam nada do que cultivavam. Com a venda na feira o excedente da produção passa a ser convertido em renda para o sustento da família. Dos quatorze grupos domésticos em que homens e mulheres convivem, em seis deles os homens têm emprego ou contrato de trabalho e em dois grupos são as mulheres que têm trabalho fora de casa além das atividades de cultivo e comercialização de alimentos. Há sete grupos domésticos que têm a feira como principal fonte de renda, visto que nenhum membro da família desenvolve atividade remunerada fora da agricultura. Em outros onze grupos domésticos a renda obtida na feira representa uma renda complementar, pois em nove delas ao menos



renda obtida na feira é majoritariamente direcionada para os filhos/as e para a casa (alimentos e contas a pagar). Se observa assim como a participação das agricultoras na feira faz parte de uma estratégia dentro das tarefas assumidas na divisão sexual do trabalho que as faz responsáveis principais da alimentação e cuidado das famílias (GARCÍA; SOLER, 2010; SILIPRANDI, 2009). A participação das mulheres na melhoria do bem-estar da família implica numa importante mudança que leva a maior valorização do lugar da mulher na família com possibilidade de negociação e conquista de nova posição social no grupo doméstico (BUTTO et al., 2014).

Observou-se que as mulheres exigem de si mesmas uma atividade remunerada que as possibilite “botar as coisas dentro de casa”; e que elas veem na feira “um meio de vida”, sendo a renda uma das principais motivações para participar da feira. As agricultoras reconhecem as vantagens da renda adquirida com o trabalho fora de casa, já que lhes proporciona certa independência financeira, autonomia e satisfação pessoal ao poder consumir e decidir comprar o que quiser (GARCÍA, 2017; NOBRE et al., 2014;).

4.1.3 Relações sociais e de gênero na feira

Para as mulheres as mudanças proporcionadas pela feira se iniciam com a decisão e a ação concreta de vender na feira, superando dúvidas e inseguranças para participar de um espaço público e reconhecidamente masculino. Se põe assim de manifesto como opera a dicotomia público-privada associada a dicotomia masculino-feminino dentro da dinâmica dos dualismos opressivos (PULEO, 2005).

uma pessoa da família trabalha fora e nas outras duas há aposentados/as no grupo.



A participação direta na comercialização implica necessariamente em se relacionar com instituições, como o sindicato e a Emater, com as agricultoras colegas de banca ou com as pessoas que compram na feira, propiciando a constituição de novas relações sociais. Todas as agricultoras entrevistadas afirmam gostar de estar na feira e associam essa satisfação ao contato e comunicação com as pessoas. Para as mulheres participar da feira significa a possibilidade de sair do espaço privado, muitas vezes associado a isolamento, doenças e tristeza, e participar de um espaço de socialização e entretenimento, onde elas se divertem, se sentem bem, fazem amizade, estabelecem vínculos e criam redes de apoio mútuo e solidariedade com outras mulheres. Também aporta reconhecimento e valorização ao seu trabalho que implica em maior autoestima e proporciona autoconfiança ao realizar tarefas novas, encarar desafios e superá-los com sucesso (BUTTO et al., 2014).

O trabalho na feira, pela relação com os consumidores, leva algumas mulheres a serem multiplicadoras do discurso da agroecologia ligado sobretudo as questões de saúde. Permite às mulheres desenvolverem saberes próprios associados as atividades sobre as quais são responsáveis como o trabalho nos quintais, com ervas medicinais e alimentos processados. A valorização social dos saberes das mulheres camponesas resultantes da feira é uma importante fonte de autoestima, autonomia e mudança social (SILIPRANDI, 2009). Percebe-se, portanto, que a feira se traduz em conquista de ampliação de espaço, à medida que passam a ocupar uma nova posição social no espaço público, rompendo ao menos em parte os dualismos opressivos (PULEO, 2005), o que permite se distrair e evitar os incômodos gerados pelo isolamento e dedicação extrema aos trabalhos domésticos e de cuidados.



4.2 Grupos domésticos, trabalho e relação com a terra

Para compreender a feira e os processos de transição agroecológica é necessário compreender os grupos domésticos e as relações de gênero que os sustentam. A feira é um espaço público conectado diretamente através das mulheres com o espaço privado das casas dos grupos domésticos e com a terra de cultivo.

4.2.1 Os grupos domésticos

Os grupos domésticos que compõem a feira estão distribuídos em quatro (04) comunidades rurais vizinhas, distantes a aproximadamente 15 km da sede do município onde vivem também três mulheres da feira. O grupo da feira apresenta faixa etária de 21 a 61 anos¹³.

A pesquisa mostrou que das dezessete mulheres entrevistadas, quatorze são casadas e vivem com seus maridos, enquanto três mulheres são separadas se caracterizando como chefas de família, das quais uma delas vive na cidade¹⁴.

A configuração dos grupos domésticos repercute diretamente no volume de tarefas domésticas e de cuidados a serem realizadas e na ajuda disponível, no caso dos/as filhos/as maiores¹⁵. Essa composição vai influenciar no uso do tempo das mulheres para as diferentes atividades que elas desenvolvem, levando a uma maior ou menor disponibilidade de tempo para realizar as atividades de cultivo e

¹³ Há uma predominância de pessoas adultas com mais de 30 anos de idade, sendo composto por 15 pessoas (14 mulheres e 1 homem) com mais de 30 anos e 3 mulheres jovens.

¹⁴ Das três mulheres chefas de família, uma vive sozinha e duas vivem com os filhos e filhas. Todas as mulheres têm filhos/as, sendo que a maioria delas tem dois filhos, apenas uma mulher tem quatro filhos e seis mulheres são avós.

¹⁵ A maioria das mulheres (09) tem filhos/as adultos/as e a minoria das famílias (03) são compostas por crianças com idade variando de dois a seis anos. Cinco mulheres têm filhos de oito a dezesseis anos.



comercialização. Como argumenta Olívia Harris (1986) a família não é um lugar alheio ao conflito, mas uma organização complexa onde se dão hierarquias.

A divisão sexual do trabalho que faz as mulheres responsáveis pelo cuidado determina o tempo disponível para elas produzirem e participarem da feira (CARRASCO, 2003). Portanto, o trabalho doméstico e de cuidados se configuram, ainda, em um condicionante para o avanço das conquistas das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2009; BUTTO et al., 2014)¹⁶.

Quanto ao trabalho de cultivo e venda na feira os onze grupos que desenvolvem atividades de cultivo apresentam situações diversas, havendo casos em que: a) o cultivo é feito separadamente pelas mulheres e a produção é destinada para o autoconsumo e para a feira (06), b) a mulher cultiva separadamente no quintal para autoconsumo e feira e participa do cultivo no roçado com o homem e leva parte da produção para a feira, sendo esse cultivo direcionado prioritariamente para outros mercados (02) e c) a mulher cultiva com o homem e leva toda a produção para a feira (03). Todos esses casos denotam uma prática sintonizada com uma economia social e solidária (NOBRE, 2011; CORAGGIO, 2007; POLANYI, 1994) em que a produção agroecológica segue tendo o autoconsumo como um componente fundamental ao mesmo tempo que o mercado se baseia na racionalidade campesina de prover renda para atender às necessidades da família (TOLEDO, 2005; SEVILLA; SOLER, 2010).

¹⁶ Se os/as filhos/as são menores e mais dependentes, caso de três grupos domésticos, vai haver maior exigência e tempo dispendido quanto aos cuidados. É a situação mais vulnerável para as mulheres, pois em todos os casos foi relatado que os homens não participam das tarefas de cuidados, o que gera sobrecarga de trabalho as mulheres. Se pelo contrário os filhos/as são adultos implica na possibilidade de compartilhamento de tarefas e mais tempo para atividades agrícolas e de processamento de alimentos.



4.2.2 Relação com a terra

A pesquisa indica que das dezoito famílias da feira, apenas cinco são proprietárias da terra. Entre os grupos domésticos que detém a propriedade da terra, apenas três mulheres têm o título da terra em seu nome, duas são casadas e uma é chefe de família e nesses casos a área não ultrapassa um hectare.

Das onze famílias que desenvolvem atividades agrícolas, cinco delas cultivam em terras próprias, outras duas usam a terra dos pais para cultivo e três cultivam na terra de outros proprietários estabelecendo diferentes relações de parceria, formais ou informais, tais como: a) deixar o resto de cultura para alimentar o gado do dono da terra; b) utilizar a terra em troca da mão de obra para a capina da mandioca; e c) utilizar a terra em troca de contrapartida de mão de obra para colheita. Do total do grupo da feira há sete famílias que não tem acesso à terra para o cultivo.

A categoria de proprietária da terra garante maior estabilidade na atividade agrícola, ao menos pela garantia contínua de terra para o cultivo o que implica em diferenças significativas em relação a quem não tem terra e cultiva na terra de terceiros. As mulheres que cultivam na terra de terceiros se encontram em situação de grande insegurança por depender de negociações com o proprietário a cada ano.

Independentemente da condição de proprietária ou parceira, a área destinada ao cultivo é muito pequena alcançando no máximo 3 hectares¹⁷. Uma área de plantio tão pequena resulta em limitações concretas para o manejo sustentável da biodiversidade e para a geração de renda, haja vista o baixo volume de produtos obtidos do cultivo.

¹⁷ Considerando apenas os onze grupos que cultivam, a área disponível para a atividade agrícola é de menos de 1 hectare para cinco famílias, de cerca de 1 hectare para quatro famílias e 2 e 3 hectares para as outras duas famílias.



Porém, ao mesmo tempo e de forma aparentemente paradoxal, observa-se que as mulheres com menos terra têm maior autonomia. Isso se explica porque aquelas que tem menos terra, cultivam em quintais produtivos, prioritariamente para o autoconsumo, os quais estão totalmente sob seu controle já que é uma área ao redor de casa onde não há separação do trabalho doméstico com o dito produtivo, tarefas naturalmente destinadas às mulheres dentro da divisão sexual do trabalho. Nos casos em que as mulheres têm autonomia sobre a gestão da terra é onde se encontram as áreas com manejo sustentável da biodiversidade, mais direcionadas para o autoconsumo e livre do uso de insumos químicos, que são os quintais produtivos e as hortas (PACHECO, 2005; SILIPRANDI, 2009; BUTTO et al., 2014).

Essa forma de se relacionar com a terra, cultivando sob bases agroecológicas, encontra dificuldade em se ampliar para o conjunto da propriedade, pela resistência dos homens/maridos que se consideram os “donos” do roçado (SILIPRANDI, 2009).

Quando se trata de famílias com mais terra, nas quais a gestão da terra é compartilhada com os homes e é destinada ao roçado, as relações patriarcais se ativam e as mulheres têm menos autonomia para decidir o que e como cultivar. Essa situação foi observada claramente em cinco casos nos quais a terra é maior e destinada ao roçado, dessas cinco, em quatro delas as mulheres afirmaram que quem decide sobre o que e como produzir é o homem, enquanto elas se identificavam como ajudantes.

Quando cultivam de maneira conjunta com o marido as mulheres vivem situações de menor autonomia em relação à gestão da terra, que é o caso dos roçados, tarefa que se identifica como masculina, inclusive por ser considerado trabalho mais pesado (PAULILO, 1987). Essa situação guarda semelhança com a anterior quanto à autonomia das mulheres e o tamanho da terra. Quando se trata do roçado, as mulheres, mesmo dividindo o trabalho, não tem poder de decisão sobre o cultivo, trabalhando na condição de “ajudante”.



4.2.3 As mulheres e a divisão sexual do trabalho

A pesquisa mostrou que a realização e a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados é das mulheres. Quando foram consultadas sobre o conjunto das atividades realizadas por elas, todas as mulheres relataram uma dinâmica de trabalho familiar em que elas são tanto as que realizam como as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados explicitando a ausência de responsabilidade dos homens na esfera doméstica.

Na fala das agricultoras fica evidente que às atividades domésticas, de cuidado e para o autoconsumo e as atividades orientadas ao mercado se confundem na rotina delas, visto que, não raro, elas as fazem todas simultaneamente e a jornada de trabalho se torna contínua, se estendendo até a noite. As mulheres dividem todo o seu tempo na realização de tarefas referentes ao trabalho doméstico, de cuidados e de cultivo e/ou processamento de alimentos, assumindo uma sobrecarga de trabalho. Contudo, o trabalho que a mulher desenvolve no roçado é socialmente compreendido como uma ajuda ao trabalho do marido (PAULILO, 2004).

Ao descreverem a rotina de trabalho as mulheres não apresentam nenhuma evidência de compartilhamento das tarefas domésticas e/ou de cuidados com os homens, de modo que a eles compete o trabalho no roçado e a possibilidade de apenas ajudar em algumas atividades domésticas caso se sinta disposto a isso.

A naturalização e desvalorização social do trabalho doméstico realizado pelas mulheres ainda é muito atual e expressiva. Na percepção delas, não há relação entre as atividades realizadas em casa e a geração de renda para a família, como se o trabalho doméstico não tivesse nenhum valor. A partir de uma abordagem feminista crítica à divisão sexual do trabalho se percebe nitidamente uma sobrecarga de trabalho das mulheres ampliada pela participação na feira, mas que as elas não avaliam da mesma



forma tanto pela naturalização dos papéis quanto pela avaliação positiva, em termos materiais e relacionais, do significado da feira em suas vidas.

5. Considerações finais

Esta pesquisa evidencia o protagonismo das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e nos processos de transição agroecológica e agricultura familiar que os sustentam. As mulheres camponesas são as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, incluído a alimentação, dentro de uma divisão sexual do trabalho convencional. As mulheres criaram a feira gerando uma rede de mulheres vinculadas por laços familiares e de amizade como estratégia de ampliação da renda vendendo os excedentes de seus cultivos diversificados e agroecológicos para o autoconsumo. As mulheres mantêm viva a feira agroecológica porque é uma fonte de renda, mas sobretudo a feira lhes aporta um reconhecimento social a seus conhecimentos e seus trabalhos e as conecta com uma ampla rede de relações que lhes dá segurança. A feira é também um espaço de sociabilidade e distração que é percebido não só como local de trabalho, mas como espaço para a vida. A feira fortalece os processos de transição agroecológica dos grupos domésticos que participam dando-lhes sentido, apesar de encontrar limites na falta de terra. Paradoxalmente, as mulheres sem-terra o com terras menores e marginais, tem maior autonomia que outras mulheres com mais terra compartilhada com homens. Nesses casos se ativam as relações gênero, dominando as decisões dos homens que tendem a controlar as produções destinadas aos mercados convencionais. Como indicam algumas das mulheres, a participação na feira e o trabalho agroecológico que a sustenta implica uma sobrecarga de trabalho para as mulheres já que a divisão sexual do trabalho se



mantém e os homens não participam nos trabalhos domésticos ou o fazem de uma forma muito pontual.

Visibilizar o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia requer a adoção de práticas explicitamente feministas que reconheçam e valorizem o papel que elas desempenham e permitam avançar nas mudanças nas relações sociais até a equidade.

Recebido em 13 de fevereiro de 2020

Aprovado em 19 de maio de 2020.



Referências

- ALTIERI, Miguel. **Agroecología. Bases científicas para una agricultura sustentable**. Valparaíso, Chile: Ediciones CETAL, 1999.
- BUTTO, Andrea Lorena (Org) *et al.* **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.
- BUTTO, Andrea Lorena. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. 277 p. Tese (Sociologia) - UFPE, Recife, 2017.
- CALLE, Ángel; VARA, Isabel; CUÉLLAR, Mamen. La Transición social Agroecológica. In: CUÉLLAR, Mamén *et al.* **Procesos hacia la soberanía alimentaria: Perspectivas y prácticas desde la agroecología política**. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2013. 184 p. cap. 5, p. 81-102.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: MDA, v. 1, 2004. 24 p.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina. **Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política**. Madrid: La Oveja Roja, 2014. 255 p. (Colección Viento Sur).
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: LEÓN, Magdalena. **Mujeres y trabajo: cambios impostergables**. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003. 126 p, p. 5-25.
- CORAGGIO, José Luís. Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. In: CORAGGIO, José Luis (Org.). **La economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007. 412 p. cap. 5, p. 165 - 194.
- DELGADO, Manuel. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, n. 10, p. 196, 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The ecology of sustainable food systems**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2014. 405 p.



GUZMÁN, Glória; GONZÁLEZ, M.; SEVILLA, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

HARRIS, Olívia. La unidad doméstica como unidad natural. **Nueva Antropología**, Distrito Federal, México, v. 8, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org) *et al.* **Dicionário Crítico do feminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. 338 p

NAROTZKY, Susana. **Trabajar en familia Mujeres, hogares y talleres**. Espanha: Edicions Alfons el Magnanim. Institución Valenciana d'Estudios i Investigación, 1988.

NOBRE, Miriam *et al.* **Economia Feminista e Soberania Alimentar – Avanços e desafios**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2014. 33 p.

NOBRE, Míriam. Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. In: SOF. **Feminismo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres do campo e da cidade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2011.

OROZCO, Amaia. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 306 p.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Construindo um diálogo: Feminismo e Agroecologia**. FASE. 2005.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 71, 1997. Desenvolvimento Sustentável.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan 2004.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, jan. 1987. Disponível em: <https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro- uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2006.



PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. UFRGS, 2016.

POLANYI, Karl. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994. 378 p.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista. In: HERNÁNDEZ, Agustín. **Claves del ecologismo social**. 2. Ed. Madrid: Libros en Acción-Ecologistas en Acción, 2009. 233 p.

PULEO, Alicia. Los dualismos opresivos y la educación ambiental. **Revista de Filosofía Moral y política**, n. 32, 2005.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terri K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short supply chains in rural development. **Environment and Planning**, n. 35, 2003.

ROCES, Irene G. **Perspectiva ecofeminista del trabajo y de las relaciones de poder: la red de Agroecología ACS–Amazonía en Acre– Brasil**. Tese (Recursos Naturales y Gestión Sostenible) – UCO, Córdoba, 2017.

ROCES, Irene G.; SOLER, Marta. Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil. **Investigaciones feministas**, v. 1, 2010.

SEVILLA, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: SOLER, Marta (Coord.) *et al.* **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Junta de Andalucía, v. 26, 2010. (PH Cuadernos).

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. New Delhi: Zed Press, 1993.

SILIPRANDI, Emma; GARCÍA, Estefania. **Enfoque de Género y ecofeminismo**. UNIA, 2012. (não publicado).

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia transformando o campo, as florestas e as pessoas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutoramento em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *In: NEPA - UNICAMP. Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v. 18, N 2, 2011, p. 12-32.

SILIPRANDI, Emma (Coord.); ZULUAGA, Gloria (Coord.). **Género, agroecología y soberanía alimentaria. Perspectivas ecofeministas**. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2014. 239 p.

SOLER, Marta *et al.* **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Junta de Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, 2012.

SOLER, Marta; CALLE, Àngel. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. *In: SOLER, Marta (Coord.) et al. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2010, p. 258-283. (PH Cuadernos).

SOLER, Marta; PÉREZ, David. Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, Madrid, v. 121, p. 208, 2013.

TOLEDO, Víctor Manuel. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA revista de agroecologia**, Peru, v. 20, n. 4, 2005.

Via Campesina. **Declaración de las mujeres por la Soberanía Alimentaria**. Fórum Nyéléni. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article305>. Acesso em: 16 abr. 2020.

WARREN, Karen (Coord.). **Filosofías Ecofeministas**. Tradução Solidade Iriarte. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2003. 416 p.